2.º Vogal Suplente — Vera Lúcia Falca Martins Caeiro, Oficial de Justiça a desempenhar funções de técnico superior, em comissão de serviço, na Direção-Geral da Administração da Justiça;

19.6 — Para a Referência F (Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre, Núcleo de Portalegre):

Presidente — Susana Cristina Rodrigues Ribeiro, Chefe de Divisão de Recrutamento e Gestão de Recursos Humanos, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Efetivo — Isabel Maria Salgueiro Mira Pedro, Administradora Judiciária da Comarca de Portalegre, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;
2.º Vogal Efetivo — Fernando Jorge Polido da Silva, Oficial de Justiça a desempenhar funções de técnico superior, em comissão de serviço, na Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Suplente — Maria Madalena Hortas Biscaia Relvas Fernandes Ferreira, Secretária de Justiça, em regime de substituição, do Núcleo de Portalegre;
2.º Vogal Suplente — Vera Lúcia Falca Martins Caeiro, Oficial de Justiça a desempenhar funções de técnico superior, em comissão de serviço, na Direção-Geral da Administração da Justiça.

19.7 — Para a Referência G (Secretaria do Tribunal Judicial da Comarca do Porto, Núcleo do Porto):

Presidente — Maria Teresa Carneiro Pacheco de Andrade Coelho, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Efetivo — José Aurélio Simões Ferreira Cabido, Administrador Judiciário da Comarca do Porto, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;
2.º Vogal Efetivo — Margarida Maria da Nóbrega Cortes Pinto Delduque da Costa, Técnica Superior do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça;
1.º Vogal Suplente — Maria Rosalina Xavier da Costa Reis Bacelar Alves, Secretária de Justiça, em regime de substituição, da Unidade Central e de Serviço Externo do Porto;
2.º Vogal Suplente — Vítor Manuel da Silva Sampaio Lopes, Secretário de Justiça, em regime de substituição, dos Juízos Central Cível, Trabalho e Execução e Local Cível do Porto.

20 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República* n.º 77, 2.ª série, de 31 de março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: "Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente um política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, evidenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação".

8 de janeiro de 2018. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.
311050898

Direção-Geral da Política de Justiça

Despacho (extrato) n.º 854/2018

Por meu despacho, de 20 de outubro de 2017:

Licenciada Maria Filipa de Aragão Soares Homem — nomeada ao abrigo do disposto na alínea *c*), do n.º 1 do artigo 10.º e no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho, que mantém em vigor os n.os 2 a 6 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de abril, para desempenhar as funções de Consultora, em regime de comissão de serviço, pelo período de dois anos, nas áreas de Planeamento e Política Legislativa da Direção-Geral da Politica de Justiça do Ministério da Justiça, com efeitos a 1 de novembro de 2017. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

20 de novembro de 2017. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.
311052388

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 855/2018

Por despacho de 2017.12.18 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária, e nos termos do n.º 4 do artigo 3.º da Portaria n.º 269/2012, de 3 de setembro, foi cessada a comissão de serviço que vinha exercendo no Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA), à Inspetora de escalão 4 Lic. Carla Maria Pereira Monteiro, da Polícia Judiciária, com efeitos a 31.12.2017.

27 de dezembro de 2017. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto,* Chefe de Área.
311029976

Despacho (extrato) n.º 856/2018

Por despacho de 2018.01.08 do Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo:

Foi autorizada a prorrogação de licença sem remuneração, pelo período de três anos, ao Inspetor Lic. Pedro Miguel de Campos Silva e Costa, com efeitos a partir de 01.01.2018, nos termos do n.º 1 do artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.
(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de janeiro de 2018. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto,* Chefe de Área.
311050687

CULTURA

Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

Despacho (extrato) n.º 857/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e de acordo com o meu despacho de 2017-10-31, torna-se pública a conclusão com sucesso do período experimental, na sequência do procedimento concursal comum, aberto pelo Aviso n.º 8508/2016, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 129, de 7 de julho, da trabalhadora Ana Cristina Abrantes Soares, com a classificação de 15,20 valores, para ocupação de um lugar na carreira/categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas — Arquivo Histórico Ultramarino, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
Em consequência do referido despacho, foi formalmente assinalada a conclusão com sucesso daquele período experimental junto do respetivo contrato, em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP).

07 de novembro de 2017. — O Diretor-Geral, *Silvestre de Almeida Lacerda*.
311038301

Despacho (extrato) n.º 858/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e de acordo com o meu despacho de 2017-11-22, torna-se pública a conclusão com sucesso do período experimental, na sequência do procedimento concursal comum, aberto pelo Aviso n.º 8508/2016, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 129, de 7 de julho, da trabalhadora Mónica Cristiana Neves Pereira, com a classificação de 16,22 valores, para ocupação de um lugar na carreira/categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas — Arquivo Distrital de Faro, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
Em consequência do referido despacho, foi formalmente assinalada a conclusão com sucesso daquele período experimental junto do respetivo contrato, em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP).

23 de novembro de 2017. — O Diretor-Geral, *Silvestre de Almeida Lacerda*.
311047666

EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Despacho n.º 859/2018

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Órgãos da Administração Central, Local e Regional do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação vigente, regula,

no artigo 27.º a designação em regime de substituição para cargos de direção superior, ali se estabelecendo que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição em caso de vacatura do lugar, devendo ser observados todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, com exceção do procedimento concursal a que se referem os artigos 18.º a 21.º da referida Lei;

Considerando que o cargo de Subdiretor-Geral da Direção-Geral da Educação irá ficar vago por cessação de funções do seu atual titular; e

Considerando o interesse que o preenchimento imediato do referido cargo assume na continuação dos trabalhos e do normal funcionamento da Direção-Geral da Educação.

Assim:

Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 125/2011, de 29 de dezembro, na sua redação vigente, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 266-F/2012, de 31 de dezembro, do artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Órgãos da Administração Central, Local e Regional do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação vigente, e ao abrigo da delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 1009-B/2016, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 13, de 20 de janeiro:

1 — É designada, em regime de substituição, para exercer o cargo de Subdiretora-Geral da Direção-Geral da Educação, a Doutora Maria João do Vale Costa Horta, cujo currículo académico e profissional que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos a 4 de janeiro de 2018.

29 de dezembro de 2017. — O Secretário de Estado da Educação, *João Miguel Marques da Costa.*

ANEXO

Síntese curricular de Maria João do Vale Costa Horta

1 — Formação Académica:

Doutoramento em TIC em Educação na especialidade de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação, pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Curso de Formação Avançada do Doutoramento em Educação na especialidade de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Mestrado em Educação — Especialização em Didática das Ciências na Faculdade de Ciências de Lisboa.

Curso de Qualificação em Ciências da Educação pela Universidade Aberta.

Licenciatura em Geologia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Formação Profissional e Complementar:

Profissionalização em exercício na Universidade Aberta.

2 — Experiência Profissional e Autoria:

Chefe de Equipa, Equipa INCoDe.2030 Educação na Direção-Geral da Educação, Ministério da Educação, desde 2017.

Representante da Educação no Secretariado Técnico da Iniciativa INCoDe.2030, desde 2017.

Representante no *Thematic Working Group — Digital Citizenship* da *European Schoolnet*, desde 2017.

Representante no *Better Internet for Kids Advisory Board* da *European Schoolnet*, desde 2017.

Professora convidada da Escola Superior de Educação Almeida Garrett desde 2016.

Diretora do Centro de Formação de Professores *Educom* (2012/2017).

Elemento do Grupo de Trabalho para definir o perfil de saída dos alunos no final de 12 anos de escolaridade obrigatória, nomeado pelo Secretário de Estado da Educação, através do Despacho n.º 9311/2016, de 21 de julho.

Professora destacada no Ministério da Educação, no Centro de Competência TIC da *Educom* (2011/2017).

Formadora certificada pelo Conselho Científico e Pedagógico da Formação Contínua desde 2008.

Consultora para as áreas de Informática da Agência Nacional para a Qualificação na área de Informática do Catálogo Nacional de Qualificações (2008/2009).

Professora destacada no Ministério da Educação, com funções de coordenação na Equipa de Missão "Computadores, Redes e Internet na Escola — CRIE" (2005/2007).

Representante nacional no *Steering Committee* do Projeto europeu INSAFE (2005/2007).

Professora destacada no Ministério da Educação, na Direção Geral da Formação Vocacional, na Equipa de coordenação dos novos programas do ensino profissional (2004/2005).

Professora requisitada no Ministério da Ciência e Tecnologia, com funções técnico-pedagógicas e de coordenação na Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa — uARTE, Ministério da Ciência e Tecnologia (1999/2003).

Exercício de diversos cargos em escolas básicas e secundárias, a par da atividade letiva: diretora de turma, diretora de instalações, coordenadora TIC, professora cooperante no acompanhamento de prática pedagógica de formandos do Curso Superior de Professores do Ensino Básico, coordenadora de diversos projetos curriculares e de complemento curricular, nacionais e europeus.

Professora do Quadro de Escola da EB 2,3 dos Olivais, Agrupamento dos Olivais com sede na Escola Secundária António Damásio, Lisboa.

Coautora do programa de TIC para o ensino básico (7.º e 8.º anos de escolaridade), 2012.

Autora e coautora de livros, artigos científicos, estudos, orientações curriculares e relatórios de avaliação de projetos educativos.

311034608

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento

Aviso (extrato) n.º 996/2018

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e após homologação da Diretora, em 02 de janeiro de 2018, torna-se público que se encontra afixada e foi disponibilizada na página eletrónica do Agrupamento, a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo para as funções correspondentes à categoria de assistentes operacionais, aberto pelo aviso n.º 14482/2017, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 232, de 4 de dezembro de 2017.

9 de janeiro de 2018. — A Diretora, *Maria Filomena Maia Almeida Pereira*.

311050451

Escola Profissional de Ciências Geográficas, Lisboa

Aviso (extrato) n.º 997/2018

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 1 posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a carreira de Assistente Técnico.

Lista de Candidatos Excluídos

1 — Nos termos do disposto na alínea *d*), do n.º 3, do artigo 30.º, e do 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se os candidatos ao procedimento concursal comum aberto pelo Aviso n.º 15154/2017, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 241, de 18 de dezembro, de que a lista de candidatos excluídos se encontra afixada nas instalações Escola Profissional de Ciências Geográficas, sita na Rua de Artilharia Um, 107, Edifício 1, Piso 2, 1099-052 Lisboa, bem como disponíveis no sítio www.epcg.pt

2 — Ficam os candidatos notificados de que dispõem de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso para, querendo, dizer por escrito o que lhes oferecer. Os candidatos que pretendam apresentar alegações, deverão fazê-lo através do "formulário para o exercício do direito de participação dos interessados", aprovado pelo Despacho n.º 113212/2009, de 8 de maio, de Sua Exa. o Ministro de Estado e das Finanças, que é de utilização obrigatória, conforme estabelecido na alínea *b*), do n.º 1, do artigo 51.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011,